

AMATRA

[SETEMBRO/OUTUBRO - 2016]

INFORMA

XXX EMAT

Magistrados debatem sobre

Ética e Judiciário



Seminário marca 20 anos
da Escola Judicial



Caros colegas,

Nesta edição, trazemos para vocês um resumo especial do que foi o XXX EMAT cujo tema foi “Ética e Judiciário”. O encontro foi muito produtivo e rendeu ótimas reflexões, além de proporcionar momentos de lazer em que pudemos conhecer mais uns aos outros.

No decorrer destes dois meses, também tivemos duas AGE's que deliberaram sobre temas de nosso interesse.

Como de costume, prestigiamos a posse de nossos colegas com muita satisfação e carinho.

Tivemos o prazer de receber, em nossa

sede, os candidatos à presidência e à corregedoria do TRT/RJ, os desembargadores Edith Tourinho e José Nascimento, para apresentação de suas propostas e diálogo com nossos associados. A Amatra1 agradece imensamente a presença dos convidados. Foi um espaço fundamental para participação de todos.

Por fim, comemoramos os 20 anos da Escola Judicial com um excelente Seminário. Exaltamos, mais uma vez, essa frutífera parceria!

Boa leitura!

Cléa Couto
Presidente da Amatra1

AMATRA INFORMA EXPEDIENTE

Diretoria Amatra1

Presidente| Cléa Maria Carvalho do Couto
1º Vice-Presidente| Ronaldo da Silva Callado
2º Vice-Presidente| Cláudio Olímpio Lemos de Carvalho
Secretário Geral| Lila Carolina Mota Pessoa Igrejas Lopes
1º Diretor Financeiro| Fernando Reis de Abreu
2º Diretor Financeiro| Paulo Rogério dos Santos
1º Diretor Cultural| Anelise Haase de Miranda
2º Diretor Cultural| Luciana Muniz Vanoni
Diretor de Imprensa e Comunicação|
Leonardo Almeida Cavalcanti
1º Diretor Social| Adriana Freitas de Aguiar
2º Diretor Social| Marcela Aied

Informativo da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 1ª Região

Diretor Administrativo e de patrimônio|
Jorge Orlando Sereno Ramos
1º Diretor de Prerrogativas e Direitos|
Raquel de Oliveira Maciel
2º Diretor de Prerrogativas e Direitos|
Patrícia Lampert Gomes
Diretor de Aposentados e Pensionistas|
Gloria Regina Ferreira Mello
1ª Diretora de Cidadania e Direitos Humanos|
Roberta Ferme Sivoiella
2ª Diretora de Cidadania e Direitos Humanos|
Daniela Valle da Rocha Müller
Projeto Gráfico e Diagramação| Wagner Paula
Redação| Joana Ferreira
Tiragem| 400 exemplares



NOTA PÚBLICA - ANAMATRA e AMATRA 1 reprovam ato de desagravo

A Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA – e a Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 1ª Região – AMATRA 1 – vêm a público manifestar reprovação ao ato de desagravo realizado pela OAB/RJ no dia 28.9.2016, às portas do Fórum Marquês do Lavradio, com o claro intuito de intimidar os Juizes do Trabalho como um todo. A ANAMATRA e a AMATRA 1 não desconhecem a previsão legal do desagravo, mas repudiam a ideia de sua utilização como instrumento intimidatório e com fins midiáticos.

A ANAMATRA e a AMATRA 1 destacam que ofensas genéricas à Magistratura, despidas de fundamento, afastam-se dos objetivos democráticos, banalizando como simples e indevida ameaça. Além disso, ressaltam a existência dos órgãos aptos a analisar a conduta funcional dos magistrados, bem assim os remédios jurídicos disponíveis a todos que se sentirem lesados em seus direitos e prerrogativas.

Finalmente, a ANAMATRA e a AMATRA 1 reafirmam seu propósito colaborativo para com a sociedade em geral, sem prejuízo, à evidência, da defesa intransigente das prerrogativas, dos direitos e dos deveres inerentes aos Juizes do Trabalho da Primeira Região.

Germano Silveira de Siqueira
Presidente da ANAMATRA

Cléa Maria Carvalho do Couto
Presidente da AMATRA 1

ESPAÇO DO ASSOCIADO

SEMEADURA

e substantiva
há a lágrima
lambível gota
no mar de sal intenso
mulher
na face da vida
menina
na dos reflexos
e um não mais dizer
dos receios noturnos
estrelas diurnas
segmentadas
desprateadas
ao invocar do sol
beber calor
e no unir das pontas dilaceradas
por amor
tomar a cor das terras semeadas

Gloria Mello
Desembargadora aposentada

AMATRA NA MÍDIA



► No dia 20 de setembro, a presidente da Amatra1, Cléa Couto, concedeu entrevista à coluna Justiça & Cidadania, do Jornal O Dia, falando sobre terceirização. Confira o link para a matéria no site da Associação, em “Notícias Amatra1”.

► No mesmo dia, o membro do Conselho Editorial da Amatra1, juiz Fábio Soares, participou do programa Sala Debate, do Canal Futura, falando sobre reforma trabalhista. Confira a entrevista no site da Associação, em “Notícias Amatra1”.

► Em artigo veiculado pelo jornal O Dia, no dia 12 de outubro, o representante da Associação na Escola Judicial, juiz Paulo Périssé, falou sobre reformas e Justiça do Trabalho. Confira a matéria no site da Associação, em “Notícias Amatra1”.

CURTINHAS

Posse I

A presidente Cléa Couto prestigiou a solenidade de posse das juízas Astrid Silva Britto, Claudia Siqueira da Silva Lopes e Aline Souza Tinoco Gomes de Mello, no dia 22 de setembro, durante Sessão do Órgão Especial.

As magistradas Astrid e Aline foram promovidas pelo critério de merecimento, assumindo a titularidade da 3ª e da 2ª VT de Macaé, respectivamente. Já a juíza Claudia Siqueira da Silva Lopes foi promovida por antiguidade e assume a titularidade da 1ª VT de Campos de Goytacazes.

A cerimônia foi conduzida pela presidente do TRT/RJ, desembargadora Maria das Graças Cabral Viegas Paranhos.



Reunião

A Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público no Estado do Rio de Janeiro (FRENTAS – Rio) reuniu-se, no dia 26 de outubro, na sede da Amperj, para deliberação de importantes temas para o Ministério Público e para a magistratura.

Estiveram em pauta a tramitação das Propostas de Emenda à Constituição (PECs) números 63 de 2013, que prevê a criação de parcela remuneratória de valorização do tempo de serviço; 62 de 2015, que prevê a desvinculação automática entre subsídios de agentes políticos; e 241 de 2016, que limita o teto de gastos das contas públicas.

Discutiu-se, ainda, a estratégia que será utilizada para os debates que serão travados sobre as reformas política e, principalmente, previdenciária.

A presidente da Amatra1, Cléa Couto, participou da reunião, junto com demais representantes das associações que compõem a Frentas-Rio.



Eleições TRT/RJ

A Amatra1 recebeu, em sua sede, os candidatos à presidência e à corregedoria do TRT/RJ, Edith Tourinho e José Nascimento, para diálogo e apresentação de suas propostas, no dia 26 de outubro.

A Associação agradece a presença e a disponibilidade dos que estiveram presentes, em especial aos candidatos e ao desembargador Marcelo Augusto que, como candidato ao cargo de Diretor da Escola Judicial, também falou sobre suas propostas, respondendo aos questionamentos e ouvindo sugestões.



Homenagem

A presidente Cléa Couto e o diretor Fábio Gomes prestigiaram a cerimônia de homenagem ao centenário de Calheiros Bomfim, organizada na OAB/RJ pela Comissão de Justiça do Trabalho, no dia 16 de setembro.

Em sua fala, Cléa Couto ressaltou o legado deixado por Bomfim a todas as gerações de juristas do país.



CURTINHAS

Passeio cultural

A diretoria de aposentados e pensionistas, juntamente com a diretoria social da Amatra1, realizou o encontro semestral no dia 14 de outubro. Os associados fizeram um passeio cultural pelo Centro do Rio com o professor Milton Teixeira.

O roteiro incluiu a Igreja de Santa Rita de Cássia, o Morro da Conceição, a Ladeira João Homem, a Rua do Jogo da Bola, a Pedra do Sal, os Jardins Suspensos do Valongo e o Cais do Valongo, entre outros pontos.

Após o passeio, houve um animado happy hour no Bar e Galeria Imaculada.



AGE's

A Amatra1 realizou duas Assembleias Gerais Extraordinárias.

A primeira aconteceu no dia 22 de setembro e debateu os seguintes temas: avaliação sobre rejeição do projeto de reajuste do PL da magistratura; e propostas de protestos, mobilização e valorização da magistratura no contexto de uma política remuneratória permanente, entre outros assuntos.

Já no dia 4 de outubro, a AGE discutiu o PCA que versa sobre a Resolução 59/14 - secretários especializados de juízes substitutos.

Ambas as atas estão disponíveis na área interna do site da Amatra1.

Ato

A presidente da Amatra1, Cléa Couto, participou, no dia 5 de outubro, de mobilização nacional e protesto, promovido pelo Ministério Público e pelo Judiciário, em Brasília, contra a corrupção e defesa do Estado Democrático de Direito. O 1º ato aconteceu no dia 8 de agosto.

Na foto, a presidente posa ao lado dos juízes Jorge Lopes (à esquerda) e Francisco Montenegro.

Posse II



No dia 24 de outubro, o diretor adjunto de Esportes e Lazer da Amatra1, Luciano Moraes Silva, prestigiou a posse da juíza do Trabalho Substituta Tallita Massucci Toledo Foresti. A solenidade de posse foi conduzida pela presidente Maria das Graças Cabral Viegas Paranhos, em seu gabinete.

Já no dia 26, a presidente Cléa Couto saudou a nova desembargadora Mônica Batista Vieira Puglia, em sessão extraordinária do Órgão Especial para solenidade de ratificação de compromisso e posse.



E no dia 27, o 2º vice-presidente Cláudio Olímpio representou a Amatra1 na solenidade de posse das juízas substitutas Bianca da Rocha Dalla Vedova, Dalila Soares Silveira e Nara Duarte Barroso Chaves.



Seminário comemora 20 anos da Escola Judicial



Da direita para a esquerda: o procurador do MPT-RJ, Fabio Villela; o diretor da EJ1, desembargador Evandro Valadão; a vice-presidente do TRT/RJ, desembargadora Ana Maria Soares de Moraes; a ministra do Tribunal Superior do Trabalho, Maria de Assis Calsing; o presidente do Conematra, desembargador Brasiliano Santos Ramos; e a presidente da Amatra1, juíza Cléa Couto.

A presidente da Amatra1, Cléa Couto, participou, no dia 4 de outubro, da mesa de abertura do Seminário 20 anos da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT/RJ), no auditório do Tribunal. Em sua fala, a juíza enfatizou a relação de cooperação que a Amatra1 estabeleceu com a Escola, desde sua fundação, em 1996. “Celebramos, hoje, uma conquista conjunta nesses 20 anos de atuação”, disse.

O diretor da Escola, desembargador Evandro

Valadão, por sua vez, destacou a tarefa do seminário de resgatar a memória e o trabalho dos diretores da Escola e de seus servidores para que se possa construir uma escola que atenda, cada vez mais, aos interesses dos magistrados e da sociedade brasileira.

A formação de juízes nos mundos Ibero-Americano e Anglo-Saxão foi o tema das quatro oficinas que compuseram a programação do evento.

As oficinas foram ministradas por autoridades americanas, australianas, portuguesas e colombianas.

Ética e Judiciário em pauta no XXX EMAT



O representante da Ejud, juiz Roberto Fragale, e a presidente da Amatra1, Cléa Couto, abrem o evento

No dia 6 de outubro, teve início o XXX Encontro dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 1ª Região (EMAT), em Teresópolis. Durante três dias, o evento recebeu importantes palestrantes de variadas áreas do conhecimento para debater questões do interesse da magistratura.

Abrindo os trabalhos, a presidente da Amatra1, Cléa Couto, falou sobre a escolha do tema deste ano, “Ética e Judiciário”. “Atravessamos um momento de descrença no país, no que diz respeito aos outros poderes. Por conta disso, um novo peso recai sobre o Poder Judiciário, o que nos faz refletir sobre os erros e acertos do juiz em 2016 e no futuro. Por conta de todos os dilemas que estamos atravessando, como a burocratização do Judiciário, e também em decorrência dos dilemas do dia a dia, pensamos ser este um tema profundamente atual”, destacou.

O representante da Escola Judicial do Tribunal do Trabalho da 1ª Região, juiz Roberto Fragale, ressaltou a frutífera parceria estabelecida entre a

Amatra1 e a Ejud - que apoia o encontro. “O tema deste ano foi amplamente abraçado pela Escola. Para além da discussão que fazemos no EMAT, a recordação que tenho de todos os outros encontros é que eles servem como boas oportunidades de conhecermos uns aos outros”, disse.

A corregedora do TRT/RJ, desembargadora Edith Corrêa Tourinho, também elogiou a iniciativa. “A corregedoria apoia integralmente o EMAT e espera que as discussões sejam produtivas nos próximos dias”.



Conferência de abertura debate feminização da magistratura



A professora Madalena Duarte apresenta dados de investigações realizadas pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

A conferência de abertura traçou um perfil da magistratura, através de uma experiência comparada entre Brasil e Portugal. Ana Paula Sciammarella, doutoranda do programa de pós-graduação em Sociologia e Direito da UFF e professora da UNIRIO, apresentou dados do Censo do CNJ referente ao ano de 2013, expondo um recorte nas questões de gênero. “Há uma ideia geral de que a magistratura está mais feminina. A surpresa que temos, quando analisamos os dados do Censo, é que apesar do avanço no ingresso de mulheres na magistratura - especialmente nas últimas duas décadas, com um aumento de 10% -, o número total ainda não chega a 40%”, ressaltou a professora, acrescentando que houve um decréscimo nos dois últimos anos.

Ana Paula também observa que há uma diferença da presença feminina nas diferentes áreas da magistratura, destacando que a Justiça do Trabalho apresenta um percentual maior de mulheres – próximo a 50%. Contudo, segundo a pesquisadora, os cargos ocupados pelas mulheres são, em sua maioria, de juízas substitutas. “Apesar das garantias de igualdade no ingresso, através de concurso público, a pergunta que fica é se existe alguma barreira invisível que ainda impeça as mulheres de alcançarem

posições mais altas na carreira”, questionou.

Em seguida, Madalena Duarte, doutora em Sociologia e professora, apresentou dados de investigações realizadas pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, onde leciona. De acordo com Madalena, há muitas questões semelhantes entre as magistraturas brasileira e portuguesa no tocante à questão da feminização.

“Temos uma feminização maior. No entanto, o fato das mulheres se encontrarem predominantemente na base dos tribunais e não nos tribunais superiores ainda é muito comum. É uma questão que ainda levará tempo para se resolver, pois os critérios de progressão na carreira não são favoráveis para as mulheres, sobretudo pela dificuldade de conciliação entre vida familiar e vida profissional”, enfatizou.

Outro ponto, destacado pela pesquisadora, que encontra ressonância na experiência brasileira é a ausência de percepção de discriminação por parte das magistradas. “Isso é muito significativo. As próprias mulheres que não acreditam serem alvos de discriminação acabam por nos relatar formas sutis de preconceito. Debates como os de hoje são fundamentais para conscientização dessas questões”, concluiu.

Ativismo judicial, protagonismo e magistério

Já no segundo dia do evento, a parte da manhã foi dedicada a um painel com a participação de três juízas do Trabalho do TRT/RJ, mediado pelo vice-presidente da Amatra1, Ronaldo Callado.

Abrindo o debate, a juíza Titular Raquel Braga falou sobre ativismo judicial versus ideologia partidária. Trazendo importantes referências teóricas, a juíza abordou o mito da neutralidade do Poder Judiciário, ressaltando, no entanto, a necessidade de se distinguir tal concepção da imparcialidade.

“Um juiz vocacionado e que não seja iludido com o ideal de neutralidade pode cumprir muito bem o seu papel com o limite da Constituição. A neutralidade não é possível mas a imparcialidade é importante e essa distinção precisa ser clara. Ser imparcial é oferecer o mesmo direito de defesa e de recurso, ou seja, o devido processo legal”, destacou.

Em relação à questão da ideologia, Raquel defende que o juiz possa exercer atividades partidárias, uma vez que o mesmo não é neutro e precisa decidir questões políticas. “O juiz é também um eleitor, mas ele precisa aplicar as regras do devido processo legal. E se for dada a ele a faculdade de ser partidário, ele vai se esmerar em ser o mais técnico possível, de modo a não deixar margem de dúvida nas decisões que tomar, a despeito de suas convicções”, disse.

Em seguida, foi a vez da juíza Substituta Helen Peixoto discutir sobre protagonismo versus antagonismo. Ancorada em pesquisas oriundas da área de psicologia social, a magistrada abordou como fatores extrajurídicos influenciam na decisão judicial e como as emoções influenciam no julgamento moral.

“A motivação do juiz no trabalho afeta o modo como a sociedade o percebe. Quando cuidamos



Da esquerda para a direita: a juíza Titular Cláudia Pisco; o vice-presidente da Amatra1 Ronaldo Callado, a juíza Substituta Helen Peixoto; e a juíza Titular Raquel Braga.

dessa motivação, podemos modificar essa percepção social do Judiciário. Frustração e raiva, em geral, só recebem em troca respostas negativas”, ressaltou. Para a juíza é necessário, portanto, um trabalho de reflexão de modo a melhorar a motivação e, por conseguinte, a resposta da sociedade.

Fechando o painel, a juíza Titular Cláudia Pisco palestrou sobre judicatura versus magistério. Cláudia concentrou o debate em torno da Resolução 226, do CNJ, que trata das regras para o exercício de atividades de magistério pelos integrantes da magistratura. De acordo com Cláudia, há uma imprecisão em diversos pontos da Resolução que gera uma incerteza no que diz respeito às atividades que são ou não vedadas. “A preocupação fundamental é a necessidade premente de se esclarecer de forma satisfatória a Resolução. Desvios de conduta precisam ser controlados pontualmente. O exercício do magistério é autorizado constitucionalmente. Estabelecer normas gerais tem seus desajustes e essas normas não serão passíveis de controlar todas as situações”, argumentou.

A juíza citou como alguns pontos críticos da Resolução a definição demasiadamente ampla de coaching e a distinção pouco clara entre atividade similar e congênera, por exemplo.

Encerramento: a ética e o papel do juiz na contemporaneidade

Fechando o EMAT, o painel “Ética e Judiciário na visão da sociedade”, mediado pelo vice-presidente da Amatra1, Cláudio Olímpio, encerrou o encontro com um produtivo debate que destacou a pertinência do tema na atualidade.

O professor da UERJ José Ricardo Cunha iniciou a discussão propondo a noção de uma “ética da alteridade”, ou seja, uma ética que tenha como princípio norteador a consideração pelo outro. “Isso é fundamental para repensar o papel republicano do Poder Judiciário. O que dá sentido a todo um esforço que o juiz faz em termos de busca de uma maior eficiência em sua gestão precisa ser a ética. A atuação do Poder Judiciário, tendo como base essa ética, exige de todos os magistrados um aprimoramento da sensibilidade que se opõe a uma postura de retraimento que não se sustenta mais”, explicou.

Para o professor, é importante que o juiz, acima de compreender o processo que está a sua frente, compreenda quem é o jurisdicionado, superando a ficção das representações e levando em conta o sujeito e sua história. “Produzir sensibilidade ética para se compreender as demandas de justiça social coloca o juiz diante de uma tarefa de engajamento ético. E o que justifica este engajamento que produz ativismo é a ética. O ativismo é aceitável e desejável, na medida em que produz empoderamento aos mais fracos e é capaz de assegurar direitos”, ressaltou.

O psicanalista Agostinho Ramalho, por sua vez, discutiu a posição do juiz na sociedade contemporânea, reforçando a importância da imparcialidade, sobretudo diante do cenário político atual

do país e das operações em curso. “A posição do juiz é uma posição de imparcialidade, pois ele não pode ser parte na causa. Ele também tem que ser imparcial no sentido de levar em conta os elementos do processo. Ele não pode apenas selecionar certos elementos e descartar outros, fazendo uma aplicação seletiva da lei”, disse.

Ramalho também atentou para a necessidade primordial de existência de provas cabais. “O juiz deve garantir a efetividade da ordem jurídica e considerar a materialidade do caso e as provas apresentadas. E em caso de dúvida, ele tem que absolver”.

Por fim, o último palestrante do dia, o conselheiro do CNJ Carlos Eduardo Oliveira Dias falou sobre o atual modelo de juiz e seus desafios.

“Estamos vivendo um estágio de grande transição. Precisamos vencer esse modelo de gestão altamente opressivo e que nos apresenta dilemas de eficiência. A legislação processual traça uma cultura voltada ao respeito aos precedentes com o sentido nítido de enclausuramento intelectual. Como lidar com a padronização a partir do instante que começa a se incentivar esse modelo? Isso acarreta em uma captura de nossa subjetividade”, questionou.

Para o conselheiro, há um atual esvaziamento da função jurisdicional e uma desconexão do trabalho do juiz com o seu sentido ético. “Nosso desafio é nos envolvermos, cada vez mais, nesse debate e rediscutirmos esse modelo de gestão para que possamos recuperar essa ideia de conexão com a subjetividade do trabalho, capaz de nos devolver um sentido ético”, finalizou.



Da esquerda para a direita: o conselheiro do CNJ Carlos Eduardo Oliveira Dias, o vice-presidente da Amatra1 Cláudio Olímpio, o psicanalista Agostinho Ramalho e o professor da UERJ José Ricardo Cunha

ENTRETENIMENTO

Além das palestras que enriqueceram os três dias de Emat, as diretorias social e cultural da Amatra 1 ofereceram uma programação especial!

No dia 7, os associados puderam se emocionar e refletir com a peça de teatro “Curral grande”, da Companhia Teatral Trup Errante. Com texto do premiado autor cearense Marcos Barbosa, a peça discute a existência de campos de concentração criados pelo governo do Ceará no período das Grandes Secas de 1932 que foram velados na história do Brasil.

Após a peça, os atores participaram de debate com a plateia.

A noite do dia 7 foi de descontração! Uma roda de samba com o grupo musical Quintal do Céu animou o encontro, à beira da piscina do Le Canton.

Fechando com chave de ouro o XXX Emat, a festa de encerramento aconteceu no restaurante Magique, com o repertório musical diversificado do artista Maldonado. Um DJ também comandou a festa até o encerramento.



CONVÊNIO

Conheça um pouco mais dos serviços oferecidos por empresas conveniadas à Amatra1:



WALTER'S COIFFER

A rede de salões de beleza Walter's Coiffeur possui 13 unidades, espalhadas nos melhores pontos do Rio de Janeiro, e conta com uma equipe especializada em tratamentos e produtos capilares, além de profissionais de qualidade em estética, manicure, depilação e maquiagem.

Associados da Amatra1 terão desconto de 20% em qualquer serviço oferecido, de segunda a quarta-feira (não cumulativo com outras promoções e é necessário agendamento prévio). Os associados só poderão usufruir dos benefícios caso efetuem o pagamento integral à vista (em dinheiro).

Para mais informações, acesse o site waltercoiffeur.com.br/

****A relação completa de convênios está disponível no site da Amatra1.**



Acesse:
www.amatra1.com.br

Avenida Presidente Wilson, 228 - 7º andar - Centro
Rio de Janeiro - RJ
Telefone: (21) 2240-3488